




## O FIO VERMELHO NOS MOVE: LEGADO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968

The red thread moves us: legacy of the student

**Maria Beatriz Costa Abramides\***

 <https://orcid.org/0000-0001-6347-8624>

### RESUMO

O presente artigo “O Fio Vermelho Nos Move” contextualiza em 2023, 55 anos do movimento estudantil universitário, que eclode em 1968, com suas lutas autônomas, no âmbito geral e na particularidade da PUC-SP e do Serviço Social, aí incluído o XXX congresso da UNE. O ano emblemático de 1968 é a referência histórica, a partir das grandes mobilizações ocorridas na França com vigorosas ações em vários países do planeta. No Brasil travou-se um duro combate contra a ditadura militar vigente, o capitalismo e o imperialismo com solidariedade ativa aos movimentos sociais na perspectiva de uma revolução proletária socialista. De outro lado traz a continuidade da luta nas conjunturas que se sucederam e os desafios contemporâneos em 2023.

### PALAVRAS-CHAVE

Movimento Estudantil de 1968; Congresso de Ibiúna; Serviço Social.

### ABSTRACT

The present paper “The Red Thread That Move Us” contextualizes in 2023, the 55 years of the university student movement that hatches with its autonomous struggles, in the general scope and in the particularity of PUC-SP and of Social Service, including XXX Nacional Students Union. The emblematic year of 1968 is the historical reference, from the great mobilizations that occurred in France with vigorous actions in several countries of the planet. In Brazil, a fierce struggle was fought against the prevailing military dictatorship, capitalism and imperialism with active solidarity with social movements in the perspective of a proletarian socialist revolution.

### KEYWORDS

1968 Student Movement; Ibiuna Congress; Social Work.

---

\*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP, São Paulo, Brasil). Docente do Programa de Estudos de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP, São Paulo, Brasil). E-mail: [biabramides@gmail.com](mailto:biabramides@gmail.com)

DOI 10.22422/temporalis.2023v23n46p89-103



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

## Introdução

O ano de 2023 simboliza os 55 anos que nos separam do emblemático 1968, de efervescência das lutas de resistência contra a ditadura militar no Brasil na perspectiva anticapitalista, na direção de um projeto emancipatório em que a juventude esteve fortemente presente. Lenin, um dos protagonistas da luta proletária revolucionária, na Rússia de 1917, expressava em seus escritos, desde 1903, as tarefas da juventude: “Verifica-se que entre os estudantes atuais existem seis grupos políticos: reacionários, indiferentes, academistas, liberais, socialistas revolucionários e sociais-democratas” e nessa direção reafirmava a relevância dos *estudantes socialistas revolucionários*, nas lutas sociais classistas, para a conquista de uma sociedade de auto-organização comum a todos os indivíduos sociais.

Este artigo configura-se como *depoimento político-analítico* de uma militante do movimento estudantil na luta contra a ditadura militar-empresarial, mas também na luta anti-imperialista e anticapitalista, nas fileiras da juventude revolucionária dos idos de 68 no país. Um momento da história política que ainda requer ser mais bem analisado no processo da luta de classes e em sua relação com o Serviço Social Brasileiro nos marcos de ruptura com o conservadorismo. A práxis de estudantes marxistas incidiu em tensionamento e disputa no interior da profissão entre o conservadorismo e a perspectiva emancipatória, naquela quadra histórica, que se soma à conquista da direção social da profissão dos anos 80 e do Projeto Ético-Profissional do Serviço Social Brasileiro hegemônico na categoria profissional, coletivamente conquistado em 1993, que tem como pilares a Nova Lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares e o Novo Código de Ética que com plena 30 anos em 2023.

Como militante ativa, daquele período, penso que o recurso da memória, de um rico e vigoroso processo de lutas, é um dos contributos a ser considerado, posto que são poucos os documentos existentes a esse respeito, o que sem dúvida requer ainda muitos estudos e pesquisas na relação entre profissão lutas e movimentos sociais, neles incluído o vigoroso movimento estudantil nos anos da ditadura militar no Brasil.

Resgatar o passado nos auxilia a compreender o presente na projeção estratégica do futuro como tarefa de todas(os) que lutam por uma sociedade igualitária sem exploração e opressões advindas do modo de produção capitalista. Portanto, recupero a presença ativa da juventude no movimento estudantil universitário, nos *idos de 1968*, na particularidade dos estudantes de Serviço Social da PUCSP, representados nacionalmente pela Executiva Nacional dos Estudantes em Serviço Social (ENESSO) sob a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE), todos inseridos e articulados às lutas da classe trabalhadora. O ano de 1968 foi escolhido, no período da ditadura que percorre os anos de 1964 a 1985, por ser o de maior insurgência e luta no plano nacional, até porque a partir de 1968, com os anos de terror, após a promulgação do AI 5 de 13/12/1968, os movimentos sociais foram barbaramente reprimidos, desmantelados, com prisões, desaparecimentos, e exílios e assassinatos, vindo a se rearticular em 1977, momento de grandes lutas sociais pela redemocratização do país, com o ressurgimento das lutas sindicais e populares organizadas com autonomia e independência de classe.

## Contextualizando o ano de 1968 no Brasil

O golpe militar de 1964, no Brasil, bem como os ocorridos no Chile, Uruguai, Argentina, Peru e Bolívia foram impulsionados pelo imperialismo norte-americano, que visavam a dominação estadunidense imperialista no continente latino-americano. A investida se concretizou no apoio aos militares, na criação da Aliança para o Progresso com financiamento econômico para implementar programas de educação e cultura, entre eles, o Programa de Assistência Militar (PAM) e a Doutrina de Segurança Nacional que implicou na interdependência e subordinação econômica, política, militar e ideológica dos países latino-americanos aos Estados Unidos.

O ano de 1968 é marcado pelas explosivas mobilizações estudantis na França, no conhecido *maio de 1968* e como referência desencadeia um processo de ebulição de lutas sociais em vários quadrantes do planeta contra a exploração e opressão capitalista no plano internacional e na singularidade socio-histórica de cada continente e de cada país. Os estudantes em Paris, com barricadas nas ruas expressaram radicalidade na luta contra a Guerra do Vietnã, impetrada pelo imperialismo norte-americano, seguida de grandes mobilizações anticapitalistas, bem como travaram lutas específicas em defesa da educação pública, estatal, livre, gratuita, laica e universal.

Esses acontecimentos tiveram forte influência no movimento estudantil no Brasil, na particularidade da luta contra a ditadura militar-empresarial que emergiu em 31/03/1964 e se instalou em 01/04/1964, com a superexploração ampliada do trabalho. De 1964 a 1968 desencadeiam-se, explosivas greves operárias contra o arrocho salarial, apoiadas ativamente pelo movimento estudantil, acrescidas de mobilizações por suas pautas; sucedem-se as lutas no campo, bem como manifestações artísticas, culturais: na música, no cinema e no teatro em lutas de resistência contra a ditadura. A partir do Ato Institucional nº 5-AI-5, decretado em 13/12/1968, desencadeiam-se os *anos de chumbo* da ditadura no Brasil em um recrudescimento violento do regime instaurado que extingue as liberdades democráticas, se alastram as perseguições políticas com prisões, desaparecimentos e assassinatos de militantes e ativistas políticos e sociais.

## O movimento estudantil universitário em 1968

Em 68, me incorporei ao movimento estudantil, no curso de Serviço Social da PUC-SP atuando em uma das correntes da esquerda revolucionária, a AP-Ação Popular Marxista Leninista, tendência política hegemônica, naquele período, entre os estudantes de Serviço Social, mas outras tendências se fizeram presentes como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a POLOP-Política Operária, embora em menor alcance.

Em 28/03/1968, foi assassinado, na Guanabara, o jovem estudante paraense Edson Luiz, de 17 anos, no Restaurante Calabouço durante uma manifestação reprimida pela polícia militar; Benedito Frazão Dutra foi outro estudante, gravemente ferido, que veio a falecer alguns dias depois. A comoção e o repúdio a essa violência e para impedir que a polícia desaparecesse com o corpo de Edson Luiz, os estudantes carregaram-no até a assembleia legislativa do Rio de Janeiro, seguidos de mais de 50.000 pessoas no enterro realizado no

cemitério de São João Batista. “Mataram um estudante, podia ser seu filho” era a frase que ecoava com força nos protestos massivos que se espalhavam pelos grandes centros urbanos do país. Essa violência desencadeou um processo contínuo de lutas estudantis durante todo o primeiro semestre de 1968. Em 21/06/1968, também no Rio de Janeiro, uma grande manifestação estudantil foi, mais uma vez, brutalmente reprimida; a conhecida “sexta-feira sangrenta” que durou até o início da noite e culminou com muitos espancamentos, prisões, e assassinatos de jovens. Até os dias atuais persiste controvérsia em relação ao número de mortos: o verbete do Centro de Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, registra “um saldo de 28 mortos, segundo informações dos hospitais – ou três, segundo a versão oficial”. No dia 26/06/1968 para fazer frente a essa comoção o governo teve que ceder e autorizar a manifestação organizada pelos estudantes, com apoio de artistas, intelectuais, trabalhadores, pais, padres e freiras progressistas e da população em geral na Marcha dos 100.000 na Guanabara contra a ditadura militar.

Os desígnios atrozescos recaíram sobre operários, camponeses, estudantes, servidores públicos, intelectuais, artistas e outros trabalhadores que se insurgiram contra o poder militar-ditatorial e a ordem burguesa assassina. Essa investida repressiva do regime vigente sob o domínio do imperialismo estadunidense se expandiu por todo continente latino-americano, impulsionando uma solidariedade classista contra essas ditaduras em cada país e internacionalmente.

As organizações de representação estudantil foram colocadas na ilegalidade: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Estadual de Estudantes (UEE), o Diretório Central de Estudantes (DCE) livre e os Centros Acadêmicos (CAs). Os estudantes se organizaram, apesar da ilegalidade, e as principais ações do movimento estudantil nas universidades se dirigiram à:

- a. luta contra a Reforma MEC-USAID: acordo realizado entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o USAID, um organismo norte-americano, que imprimia a base ideopolítica para o ensino superior subordinado ao imperialismo;
- b. luta contra o Decreto Lei nº 477, que previa a punição de professores, alunos e funcionários das universidades, considerados culpados de subversão ao regime. Os funcionários e professores eram demitidos e os últimos impossibilitados de trabalhar em qualquer instituição educacional por cinco anos; os estudantes expulsos e proibidos de cursar qualquer universidade por três anos;
- c. luta contra a Lei Suplicy de Lacerda que vedava a participação política estudantil e Centros Acadêmicos livres substituídos por Lei por Diretórios Acadêmicos controlados pelo governo ditatorial;
- d. luta pela organização do movimento estudantil em entidades livres e autônomas;
- e. luta pelo ensino público, laico, estatal, gratuito, universal;
- f. luta contra a privatização, mercantilização e elitização do ensino;

- g. luta pela aplicação do recurso financeiro público para o ensino público;
- h. luta pela organização nos Centros Acadêmicos (CAs), nos Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs), na União Estadual de Estudantes (UEE) e na União Nacional de Estudantes (UNE), como entidades livres;
- i. luta por comissões paritárias nos órgãos de representação;
- j. unificação de nossas lutas específicas às lutas mais gerais da sociedade no combate a ditadura e pela liberdade de expressão e manifestação;
- k. solidariedade ativa aos trabalhadores urbanos e rurais;
- l. aliança estudantil-operária e camponesa.

As ações de rua eram ininterruptas nos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Brasília, Recife e Fortaleza, com ocupações de universidades, apoio e solidariedade ativa às greves operárias e denúncias de violação de direitos humanos.

As teses políticas no interior das tendências do movimento estudantil para a universidade se traduziam em universidade: crítica, popular, democrática, amplamente debatidas e expressavam propostas advindas das organizações clandestinas de esquerda que, apesar de táticas e estratégias diferenciadas, mantinham a unidade na luta. A vanguarda do movimento estudantil inserida nessas organizações apresentava em seus programas as lutas contra a ditadura, o capitalismo e o imperialismo na perspectiva da revolução social. Inseridas no movimento estudantil e nas organizações de esquerda, nos formávamos politicamente no campo do marxismo revolucionário.

Particularmente, naquele período, militei na APML-Ação Popular Marxista Leninista, uma organização que nasceu no interior da esquerda cristã, originária das JAC/JEC/JIC/JOC/JUC respectivamente juventude agrária, estudantil, independente, operária e universitária católicas vinculadas à Teologia da Libertação, ideário progressista da igreja católica. A AP ao adotar o marxismo-leninista — APML — como ideário programático revolucionário rompe com o pensamento cristão e influenciada pela revolução chinesa torna-se, por um tempo, também maoísta. Os presidentes da UNE à época Luiz Travassos, seu sucessor Jean Marc bem como Honestino Guimarães, o último presidente, em 1973, ocasião em que a UNE foi totalmente desmantelada, eram da AP, sendo que este último se encontra, desde então, como desaparecido político. A política operária (POLOP), de tendência trotskista; o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Ala Vermelha sua dissidente, entre outras, se faziam presentes como tendências políticas no movimento estudantil. O esquema de segurança para formação política era bastante cauteloso pois a cada momento os estudantes podiam “cair” nas malhas do aparato repressivo com consequências dramáticas. Os nomes eram fictícios no interior de cada organização política em células clandestinas denominadas Grupos de Trabalho Revolucionário Estudantil (GTRs); os estudantes se reuniam em casas denominadas “aparelhos” e todo controle de segurança era organizado para que os militantes não fossem reprimidos. Apesar de toda segurança, muitos *tombaram* pois o

aparato repressivo ditatorial era fortemente estruturado em um sistema de inteligência para identificar, perseguir, prender, torturar e assassinar militantes de esquerda em todas as frentes de luta: operária, agrária, sindical, estudantil, profissional, intelectual, artística.

### **O movimento estudantil no Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP**

Em 1968, ingressei na Escola de Serviço Social, agregada à PUC-SP, na Rua Sabará, no bairro de Higienópolis, na cidade de São Paulo. Foi o primeiro curso de Serviço Social no país, inaugurado em 1936. De imediato, jovens estudantes recém ingressantes, participamos da diretoria do Grêmio da Escola de Serviço Social (GESS), com atuação no movimento estudantil, e no primeiro mês do curso me incorporei à Ação Popular Marxista Leninista (APMP).

Na Escola de Serviço Social estudantes, professoras e funcionárias, no primeiro semestre de 1968, paralisaram as aulas por três meses e debateram sobre que universidade, faculdade, curso e formação acadêmica queriam. Os temas se voltaram para a democratização do ensino; acesso e permanência dos estudantes na universidade; formação profissional de qualidade, voltada para a realidade do país, comprometida com os setores explorados e oprimidos da sociedade; realização de estágios na formação profissional em espaços socio-ocupacionais críticos; participação paritária nos órgãos colegiados, inserção no DCE livre da PUC e nas lutas mais gerais dos estudantes da PUC-SP; participação na ENESSO-Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social que era vinculada à UNE. Em julho de 1968, no Encontro Nacional da ENESSO, em Fortaleza - Ceará, com a *Tese Serviço Social e Realidade Brasileira*, os estudantes de Serviço Social da PUC-SP, assumiram a direção da entidade e estimularam outros cursos de Serviço Social a se organizarem.

A ENESSO permaneceu em atividade até outubro de 1968, quando foi reprimido o congresso da UNE, com prisão dos estudantes que dele participavam. Atuamos nas lutas específicas de nossa formação profissional articuladas às lutas estudantis mais gerais vinculadas às lutas contra a ditadura e por um projeto emancipatório de sociedade. A ação era desenvolvida pela base com representação estudantil de cada turma junto aos Centros Acadêmicos-CAS, com deliberação de nossas pautas, regidas pelo princípio da democracia interna com formação política permanente.

No curso de Serviço Social da PUC-SP havia mobilização e organização estudantil e a direção do curso e o coletivo de professoras(es) eram constituídos por setores progressistas, humanistas e democratas que se posicionavam contra a ditadura. Quando representantes da polícia se dirigiram ao curso para saber dos nomes e paradeiros de estudantes que ingressaram na clandestinidade, as professoras com firmeza se manifestaram ao afirmar que a escola era autônoma e, portanto, não divulgariam os nomes dos estudantes. Entre elas encontravam-se Nadir Gouvêa Kfourí<sup>1</sup>, Marina Colombo de

---

<sup>1</sup> Na PUC-SP a Biblioteca e a Comissão da Verdade trazem o nome de Nadir Gouvêa Kfourí e em 2018 ela foi condecorada “*in memoriam*” cidadã paulistana, com uma linda homenagem no TUCARENA.

Bartolo<sup>2</sup> e Suzana da Rocha Medeiros, respectivamente: a primeira reitora eleita em uma universidade no país; a coordenadora do Centro de Ciências Humanas e a diretora do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, o primeiro curso da área no país. Em 1971 o Curso de Serviço Social, que até então era agregado, se incorporou à PUC-SP. Nadir Kfoury, reitora da PUCSP, convidou posteriormente, em 1977, intelectuais que regressaram do exílio, para assumirem a docência, entre eles: Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Paulo Freire, Maurício Tragtenberg e Paul Singer.

Se nas universidades públicas os dirigentes, em sua maioria, eram porta vozes da ideologia de segurança nacional, na PUC-SP contávamos com muitos dirigentes progressistas, alinhados à Teologia da Libertação, que na América Latina teve uma expressão significativa na luta contra as ditaduras e a desigualdade social. Por ocasião da prisão de 1.000 estudantes, em Ibiúna, no XXX Congresso da UNE, a Madre Christina Dória do Instituto Sedes Sapientiae foi quem coordenou a organização de familiares dos estudantes presos para pressionar pela quebra da incomunicabilidade a que estavam submetidos(as) no presídio Tiradentes e posteriormente no Carandiru em São Paulo.

### **A referência da rua Maria Antônia no “quadrilátero revolucionário”**

A Escola de Serviço Social da PUC-SP se localizava na Rua Sabará, o Curso de Arquitetura da USP na Rua Maranhão, o Curso de Psicologia da PUC-SP na Rua Caio Prado, os Cursos de Filosofia, Ciências Sociais e Letras da USP na Rua Maria Antônia, os Cursos de Ciências Exatas da PUC-SP na Rua Marquês de Paranaguá e o Curso de Medicina da Santa Casa na Rua Dona Veridiana. Havia um conjunto de cursos em um “quadrilátero revolucionário” entre os bairros de Higienópolis e Vila Buarque, em que os estudantes para enfrentamentos conjuntos se reuniam na USP da Rua Maria Antônia.

Em 02/10/1968, estudantes da USP, PUC-SP e Santa Casa realizaram pedágio na Rua Maria Antônia para arrecadar fundos para o XXX Congresso da UNE que ocorreria no mesmo mês, quando estudantes do Mackenzie na mesma rua, lhes atiraram ovos. O confronto denominado “Batalha da Maria Antônia”, inicia-se por integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), da Frente Anticomunista (FAC) e do Movimento Anticomunista (MAC); amplia-se com a presença daqueles(as) que se aglomeravam contabilizando em torno de 3.000 estudantes do Mackenzie contra 2.500 da USP/PUC-SP/Santa Casa. As principais lideranças de esquerda naquele dia foram, Luiz Travassos, presidente da UNE e José Dirceu, presidente da UEE. A batalha de dois dias contabilizou dezenas de feridos e culminou com o assassinato do estudante secundarista José Carlos Guimarães com um tiro de fuzil. Desse episódio realizou-se uma grande passeata em São Paulo e mais uma vez ecoavam as vozes “mataram um estudante, podia ser seu filho”.

O CCC era formado por um pequeno grupo de estudantes do Mackenzie, mas que conseguiu de forma violenta realizar a provocação que culminou com o assassinato de Guimarães. Naquele período os estudantes ocuparam a Faculdade da USP na Maria Antônia contra a reforma universitária tecnocrática que estava sendo implantada nos moldes do acordo MEC-USAID. Rapidamente, após esses fatos, a Faculdade foi transferida para o

<sup>2</sup> A sala P 41 do Prédio sede da Rua Monte Alegre homenageia Marina Colombo de Bartolo.

campus USP Butantã onde as faculdades se localizavam distantes entre si para dificultar a organização estudantil; mesmo assim os jovens se mobilizaram e muitas ações ocorreram, entre elas, a luta pela ampliação de vagas para os cursos; pelo “bandejão” de qualidade no restaurante universitário e pela ampliação de moradias estudantis com a ocupação do Centro Residencial Universitário da USP-CRUSP.

### **O movimento estudantil na PUC-SP- Campus Monte Alegre**

Em 1967, na PUC-SP, se desencadeou uma luta pelo ingresso dos alunos(as) excedentes do vestibular, com um acampamento na Rua Monte Alegre que durou mais de um mês e os estudantes obtiveram uma vitória parcial com a ampliação significativa do número de vagas. Em 1968, os(as) estudantes de vários campuses da PUC-SP se reuniram para unificar a luta contra a Reforma Universitária a ser implantada, como em todas as universidades, direcionada pelo Acordo MEC-USAID, o que os levou a ação direta de ocupação da reitoria, no prédio velho/sede para barrar essa reforma. O DCE livre, com a participação dos CAs dos diferentes cursos, organizou as lutas dos estudantes da PUC-SP, cujas pautas se dirigiam à:

- a) formação profissional de qualidade voltada à realidade brasileira;
- b) redução do preço das mensalidades;
- c) acesso e permanência a todos(as) estudantes;
- d) ampliação do número de bolsas integrais;
- e) restaurante universitário com preços acessíveis;
- f) moradia estudantil;
- g) democratização da universidade com participação paritária de estudantes, professoras(es) e funcionárias(os) nos órgãos colegiados;
- h) luta pelo ensino público, laico, gratuito e universal em todos os níveis do sistema educacional;
- i) fim do vestibular;
- j) incentivo à organização estudantil por meio dos CAs, UEE e UNE, como Instâncias autônomas dos estudantes.
- k) unificação das lutas com a classe trabalhadora contra a ditadura.

A convicção política e ideológica tomava conta de corações e mentes dos jovens estudantes que se reuniam e saíam às ruas de forma organizada, com panfletos, faixas, pichações e *bolinhas de gude* para jogar nos pés dos cavalos das tropas policiais, bem como munidos de *lencinhos com éter* para se protegerem das bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral nas passeatas, barricadas e outras mobilizações de rua. As manifestações ocorriam no centro de São Paulo e em bairros com aglomerações populares como em



Pinheiros, no Largo da Batata, e em Santo Amaro, no Largo 13, em que juntamente com operários(as) e outros(as) trabalhadores lutavam contra o arrocho salarial e com solicitação às pessoas para que aderissem à luta com palavras de ordem que se sucediam ininterruptamente: “você aí parado também é explorado”, “abaixo a repressão mais arroz e mais feijão”, “vai acabar, vai acabar, a ditadura militar...”.

### **A solidariedade às greves operárias de Contagem e Osasco e à ocupação do 1º de maio na Praça da Sé**

Em 16 de abril de 1968 eclodiu a greve dos metalúrgicos na cidade de Contagem, em Minas Gerais, que representou uma referência para as lutas travadas em todo o país. Os estudantes de Minas participaram em solidariedade ativa às greves operárias de Contagem contra o arrocho salarial e por melhores condições de trabalho. A origem das mobilizações ocorreu na fábrica Belgo-Mineira onde os operários reivindicavam 25% de aumento salarial contra a proposta do patronato de 10%. A greve se espalhou e em poucos dias 20.000 operários cruzaram os braços. A repressão foi violenta e os trabalhadores retornaram ao trabalho e tiveram que aceitar os 10% de reposição das perdas salariais. Houve uma derrota econômica que os fez recuar, mas do ponto de vista político essa greve foi referência para os demais trabalhadores em suas lutas.

A segunda greve operária do período foi a dos metalúrgicos de Osasco<sup>3</sup>, à época o maior centro industrial do país, e que tinha na direção do movimento dois grupos políticos, respectivamente, Frente Nacional do Trabalho (FNT), influenciada pela Teologia da Libertação, oriunda da Igreja Católica progressista, e o Grupo de Esquerda (GE) cujas principais lideranças estavam vinculadas à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A linha política da FNT estava ancorada no sindicalismo de base, de lutas, a partir da organização do “chão de fábrica”, com um direcionamento mais voltado para a luta sindical e o GE desenvolvia uma ação política mais ofensiva pelo fim da ditadura militar. Porém, os dois agrupamentos lutavam contra o sindicalismo corporativista vindo do Estado Novo, dos anos 30, da ditadura de Vargas, que se constituía por ser um sindicalismo atrelado ao Estado ancorado na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), originária da Carta Del Lavoro, do fascismo de Mussolini na Itália. Os operários lutavam por liberdade sindical; direito irrestrito de greve; organização de base nas fábricas; autossustentação financeira; solidariedade internacionalista; por um sindicalismo classista, democrático, de massas e independente do Estado, dos partidos e do patronato.

A FNT e o GE se contrapunham “aos pelegos” que compunham as direções sindicais impostas pela ditadura militar com base na estrutura sindical vigente e eram porta-voz da classe dominante, no seio do movimento operário. Tão logo a greve de Osasco rompeu foi brutalmente refreada pelo patronato e grande parte de seus dirigentes sindicais foi cassada. As lições das greves do ponto de vista político foram centrais para o processo de politização da classe operária em relação à luta por um sindicalismo livre e contra a ditadura. Para os estudantes viver essa experiência de solidariedade ativa reafirmou suas

---

<sup>3</sup> Importante lembrar que esse sindicato teve como uma de suas lideranças o operário José Ibrahim – que assumira a presidência da entidade em 1967, com 17 anos, preso posteriormente e um dos 15 militantes trocados pela soltura do embaixador americano sequestrado em 1969.

convicções política, ideológica e organizativa, com avanço de sua consciência do ponto de vista classista e revolucionário.

O 1º de maio organizado pelos sindicalistas pelegos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e pela oficialidade da ditadura foi surpreendido com a ocupação da praça da Sé por operários combativos do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, do Movimento de oposição sindical metalúrgica de São Paulo (MOSMSP)<sup>4</sup> e movimento estudantil. Nesse dia Abreu Sodré, governador biônico do Estado de São Paulo, foi apedrejado enquanto falava; houve um tumulto e repressão que não conseguiu conter a passeata que se dirigiu para a Praça da República com mais de 1.500 operários e por volta de 1.000 estudantes. Pela primeira vez, um operário-estudante, José Campos (Zequinha) Barreto, falou em Praça Pública sobre a necessidade do povo se armar para tomar o poder político do Estado burguês na direção do socialismo, em uma luta revolucionária.

### **O Movimento Estudantil e as Manifestações Culturais**

Os anos 60 foram anos de muita atividade cultural de contestação em que o movimento estudantil acompanhou e esteve presente. O ativismo cultural herdado do Centro Popular de Cultura da UNE (CPC), desde 1960, apesar de duramente perseguido, se manteve atuante na contestação cultural e artística. Desse período, a primeira expressão foi o Show “Opinião” em 1964 de Augusto Boal, no Rio de Janeiro e depois em São Paulo, no Teatro de Arena, claramente em oposição à ditadura militar.

Citamos nessa efervescência as peças de teatro Morte e Vida Severina, com texto de João Cabral de Mello Netto e música de Chico Buarque de Holanda, encenada no Teatro da PUC-SP (TUCA), em 1967; Arena conta Tiradentes; Arena conta Zumbi; Liberdade- Liberdade; Feira Paulista de Opinião; Rei da Vela; Gracias Señor; Se correr o Bicho pega se ficar o Bicho come; Cemitério de Automóveis; Roda Viva. Essa última peça de autoria de Chico Buarque, sofreu agressões e atentados por parte do CCC em 1968, que invadiu o teatro. Imediatamente os(as) estudantes lá estavam, em frente ao Teatro Ruth Escobar em São Paulo, na luta pela liberdade de expressão e manifestação e em solidariedade aos atores e ao diretor da peça Zé Celso Martinez Corrêa.

Os festivais de música popular brasileira (MPB) lotavam o teatro Paramount na Av. Brigadeiro Luiz Antônio com músicas de protesto conclamando à luta social ovacionadas pelos presentes, em que os(as) jovens estudantes participavam em número significativo. O cinema novo que já despontara na década anterior se ampliava, a continuidade do método de alfabetização de adultos de Paulo Freire com as “palavras-chaves” de politização fazia parte da atividade estudantil e o hino entoado nas passeatas “Pra não dizer que não falei de flores” de Geraldo Vandré nos animava para a ação coletiva. Um ano

---

<sup>4</sup> O MOSMSP era constituído por militantes da esquerda católica e da esquerda revolucionária marxista, leninista e trotskista que teve um papel dirigente durante toda a ditadura militar e fundamental por ocasião das grandes greves operárias, a partir de 1978, em uma direção classista, socialista na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1981 e em sua consolidação.

de grandes mobilizações operárias e estudantis e de efervescência cultural, sem dúvida, esse período firmou nossa consciência política revolucionária.

### **A prisão dos(as) estudantes no XXX congresso da UNE-Ibiúna**

A UNE “somos nós, nossa força e nossa voz” era a palavra de ordem entoada pelos estudantes. A UNE posta na clandestinidade, desde 1964, era a organização nacional estudantil autônoma e independente do governo de grande referência e representação.

Após várias horas de maratona, escalas, paradas, olhos vendados, pontos desmarcados, os estudantes chegaram à noite para o XXX Congresso da UNE, em 12 de outubro de 1968, em um sítio próximo à cidade de Ibiúna, no Estado de São Paulo, próxima à capital. Exaustos tomaram um “sopão” para poder dormir encolhidos(as) em um frio danado que assobiava em uma grande área descampada. No dia seguinte após a “filona do café”, mal iniciou a mesa de abertura os estudantes foram surpreendidos pela repressão. As jovens mulheres, ao passarem por vistorias, eram chamadas pelos “policiais gorilas” de “putas” e “vadias” por portarem pílulas anticoncepcionais. A Juventude feminina, feminista e marxista lutava contra a ditadura, o imperialismo, o capitalismo, pelo socialismo, o direito à sexualidade, a legalização do aborto, a decisão sobre seus corpos, pela livre orientação sexual, o que já compunha as lutas feministas socialistas; lá em 1968 e da maior atualidade cá em 2023.

Fomos para Ibiúna como se fôssemos para a revolução. Um montão de erros: primeiro a posição que venceu (ser em Ibiúna). A AP defendia que o XXX Congresso da UNE fosse realizado na Universidade de São Paulo (USP) com sustentação dos estudantes. Perdemos, fomos para Ibiúna após vários pontos e consignas. *Japonas, bonés, bolsas tiracolos, ponchos, tênis gastos, uma revista na mão, óculos escuros, calças jeans desbotadas.* De longe reconhecia-se um(a) militante estudantil de esquerda que sonhava e exercitava a luta pelo socialismo. Há muito tempo sabíamos que o nosso esquema de segurança era frágil, os nossos “pontos” não eram nada seguros, mas de fato não tínhamos ideia do poder da ditadura, embora a luta contra era constante e incessante. Os camburões ficavam a 14 km do sítio em que ocorreria o congresso da UNE. Em filas, rapazes de um lado, garotas de outro escoltadas pelos policiais fomos andando e assobiando “caminhando e cantando e seguindo a canção”, música emblemática para nós da esquerda. Hino em nossas passeatas seguido do corre-corre da polícia, dos cavalos, das bombas de efeito moral, do gás lacrimogêneo que usados lá também o são na tênue democracia burguesa<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> O aparato repressivo continuou fortemente sendo utilizado contra os operários, sem-terra, sem-teto, estudantes, população de rua, mulheres, negros, pobres, lutadores, quilombolas, populações originárias, comunidades indígenas, contra todos os movimentos sociais de luta que sofrem contra a exploração e a opressão, com maior intensidade nos governos reacionários e liberais de direita. Diariamente os movimentos sociais têm sido reprimidos pela ação violenta da polícia que persegue e mata a população pobre, jovem, negra, trabalhadora na violência do Estado, em um verdadeiro estado de exceção, o que nos leva a lutar no plano mais imediato pela desmilitarização da polícia. As jornadas de junho de 2013 pela redução de tarifas, impulsionadas pela juventude, no Movimento Passe Livre, e posteriormente por outros setores populares em reivindicações por saúde, educação, moradia aglutinou até um milhão de manifestantes em São Paulo e Rio de Janeiro, acrescidas de milhares de pessoas de norte a sul do país; em grandes, médios e até em pequenos centros urbanos que foram reprimidas pela polícia militar com anuência do estado opressor e de

Os estudantes presos em 1968, foram todos para o presídio Tiradentes. Cerca de quarenta jovens mulheres em cada cela, no total de cinco celas femininas, eram em torno de 162 garotas e 830 rapazes, em torno de 1000 estudantes no total. Das 162 jovens estudantes 26 delas eram do curso de Serviço Social de vários estados do país, o que demonstra a grande inserção dessas no movimento estudantil mais amplo em que os CAs e ENESSO tiveram papel decisivo na organização estudantil. O frio era intenso, dormíamos em “valete” para aquecer e nos sentirmos mais próximas umas das outras, a luta era uma só! O banheiro também era um só, ali mesmo, banho gelado!

Estávamos incomunicáveis e não sabíamos nada do que se passava lá fora. Os carcereiros nos traziam comida fria em lata de cera. Era ruim. À noite ouvíamos berros que depois soubemos que era para criar um clima de terror (as torturas não se deram naquele momento pelo expressivo número de estudantes). As grandes chaves tilintavam entre as grades pelas mãos dos carcereiros no meio da noite para nos amedrontar, tudo isso, porém não nos afastava da confiança na luta.

Depois do AI 5 de 13/12/1968, o terror se intensifica, ali era apenas o começo. Somente pudemos sair para tomar sol no pátio com as presas comuns quando, as estudantes de São Paulo, fomos transferidas para o Presídio Carandiru. Os(as) estudantes de outros estados foram enviados(as) para as prisões de seus estados. O dia em que levaram um a um(a) de nós para o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) foi um dia de terror. Ficamos cada um(a) de nós sozinhos(as) em uma pequena sala, horas a fio, durante toda uma noite, aguardando para o depoimento. Ouvíamos berros e ficamos apavoradas(os) envoltas(os) em nossos 19 anos. Vez por outra, na madrugada, um policial dizia para cada um(a) de nós: Está ouvindo os berros? Se amanhã não falar tudo em depoimento será a sua vez de berrar. Sabíamos que éramos a mesma coisa: éramos estudantes eleitas(os) para participar de um congresso que lutava pelas reivindicações e direitos estudantis. Tínhamos que resistir e não nos pronunciar sobre nossas organizações políticas.

A mobilização estudantil para o XXX Congresso da UNE ocorreu em um amplo processo de debate e discussão em cada sala de aula, em cada curso, em cada faculdade, em cada grêmio estudantil, em cada assembleia que elegeu seus delegados. Uma organização massiva para um congresso clandestino. Muitos estudantes que defendiam que o congresso fosse em Ibiúna declararam posteriormente que acreditavam que se o mesmo fosse realizado na USP, a repressão seria a mesma.

---

dominação; bem como foram sufocadas as manifestações de contestação referentes aos absurdos gastos com a Copa de 2014, acrescida da chamada lei da copa que mais uma vez reprime manifestantes. A partir de 2016, com o golpe parlamentar de direita, a criminalização aos movimentos sociais com a investida da direita e do neoliberalismo na sociedade de classes opressora. Importante registrar a greve geral no país de 35 milhões de pessoas contra as contrarreformas e para pôr abaixo o governo Temer em 2018. A investida reacionária de extrema direita se aprofunda com os ataques no desgoverno de Bolsonaro de 2019 a 2022, se abate sobre os movimentos sociais, destruindo fortemente as conquistas históricas dos trabalhadores. De outro lado a política de conciliação de classes desenvolvida pelos governos Lula e Dilma com a captura de movimentos sociais como a CUT, a UNE, o MST, tem colocado esses movimentos na defensiva posto que se voltaram centralmente para impulsionar as eleições de 2018 em detrimento das lutas de ação direta como as greves gerais necessárias para impulsionar o fim ao governo golpista.

A todo momento a consigna: Abaixo a ditadura! Os estudantes presos em Ibiúna foram soltos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional que durante anos os cerceou, em relação a seus deslocamentos, a seus trabalhos, até o final da ditadura militar, fruto das lutas e mobilizações sociais pela democratização do país. Ficaram presos os representantes de direções do movimento: Luiz Travassos, Vladimir Palmeira, Jean Marc e José Dirceu, que só saíram da prisão e do país juntamente com mais 12 presos políticos em troca da soltura do embaixador americano Charles Burke Elbrick que havia sido sequestrado por militantes de esquerda.

### **O Desmantelamento do Movimento Estudantil**

A partir do AI-5 de 13/12/1968 o movimento estudantil foi desmantelado, assim como todos os movimentos sindicais e populares. A violência da ditadura se ampliou violentamente com perseguições a militantes operários, sindicalistas, estudantes, intelectuais, artistas, organizações, sindicatos, associações, com prisões, torturas, perseguições, assassinatos, exílios, foram os *anos de chumbo, de terror* que se abateram sobre nós. O Movimento estudantil rearticula-se somente em 1977, juntamente com a organização de movimentos sociais e sindicais combativos na luta pela redemocratização do país, nos marcos da crise da ditadura e da autocracia burguesa. Nesse momento se irrompe um movimento sindical, popular, estudantil combativo, classista, de lutas, organizado desde a base, com mobilizações e grandes greves operárias, ocupações de terras improdutivas, mas lutas urbanas e rurais.

A reorganização da UNE é marcada por um Encontro de Estudantes que ocorreu no campus sede da PUCSP em 22/09/1977. Na ocasião, a PUC SP foi invadida por policiais militares, investigadores civis e tropas de choque, chefiados pelo então Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo Coronel Erasmo Dias. Foram presos cerca de 1.000 estudantes e muitos foram gravemente feridos. D. Nadir Kfoury, reitora da PUC SP, esteve na linha de frente para se posicionar firmemente em defesa da democracia e contra a invasão, dizendo ao Coronel em alto e bom tom “Não dou mãos a assassinos”. Na manhã seguinte, o Cardeal e Grão-Chanceler da PUC SP D. Paulo Evaristo Arns ao saber dos fatos, volta com urgência de Roma e se manifesta em uma das declarações: “Na PUC só se entra para ajudar o povo, não para destruir as coisas”.

### **Conclusão**

1968 nos traz lições com as lutas travadas, acertos a serem recuperados, erros a serem superados; porém nos ilumina com a convicção teórica, política e ideológica de um “Fio Vermelho” que nos moveu e nos move na luta por uma sociedade justa, fraterna, libertária, igualitária, socialista.

Lutamos contra a ditadura militar, o imperialismo, o capitalismo de 1964 a 1985; contra o imperialismo e o capitalismo no frágil período de redemocratização do país, de 1985 a 2016; de 2016 a 2018, lutamos para pôr abaixo o governo golpista de direita de Michel Temer, suas contrarreformas, bem como a luta anti-imperialista e anticapitalista. No período de 2019 a 2022, parafraseando Chico Buarque de Holanda, presenciamos “*mais uma página*”

*infeliz de nossa história*”, à época referindo-se à ditadura militar, ora se aplica a Bolsonaro, em que lutamos contra seu desgoverno reacionário, de extrema direita, protofascista, negacionista, anticiência, entreguista, subordinado ao imperialismo estadunidense. Em 2023 estabelecemos continuidade à luta contra o desastre da nação, fruto do desgoverno fascista que se encerra; bem como às medidas de destruição dos direitos dos trabalhadores aprovadas pela direita no Congresso Nacional, majoritariamente reacionário. Por outro lado, nos posicionamos contra a política de conciliação de classes do governo social desenvolvimentista de Lula, que embora retome programas sociais se curva aos interesses do capital em muitas medidas implantadas.

A desigualdade social, política, econômica, constitutiva do capitalismo permanece, o que requer a perenidade das lutas imediatas mas também da luta anticapitalista, posto que esse modo de produção se move pela exploração econômica e opressões de classe, gênero, raça-etnia, sexualidade e geracional, mantidos pela propriedade privada dos meios de produção, pela exploração da força de trabalho humano na produção de valor e mais valor, no antagonismo das classe sociais na contradição capital X trabalho.

A classe trabalhadora se move cotidianamente e a juventude é parte viva e ativa, como sujeito histórico, desse processo; porém, os trabalhadores encontram-se na defensiva com recuo em suas lutas. A combatividade dos anos 80, de ação direta, com grandes greves e mobilizações, se arrefeceram com lutas atadas à imediatividade nos anos 90, no período de consolidação do neoliberalismo, da era FHC, prescindindo das greves vivenciadas no processo da luta pela redemocratização do país; e, a partir de 2003, hegemonicamente, por meio de suas direções, os movimentos sociais, sindicais e populares adotaram uma política, de conciliação de classes nos governos petistas.

Recuperar a perspectiva classista e unitária dos trabalhadores requer a retomada das lutas imediatas, a saber: a) Revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, do Arcabouço Fiscal; do Marco Temporal, do Novo Ensino Médio (NEM); b) fim da terceirização e efetivação no trabalho de todos os terceirizados; c) Salário mínimo de acordo com os índices do DIEESE, d) Contra o contingenciamento de R\$ 3,2 bilhões no orçamento, que atingiu a saúde, a educação e a assistência social; e) contra as privatizações, pela reestatização, sem indenização às empresas privatizadas; f) contra o genocídio da juventude negra, quilombola e indígena; e-pela Reforma Agrária e Urbana Popular; g) Contra a MP que criminaliza o MST; h) pelo ensino público, laico, universal, gratuito, presencial vinculado à produção social e pelo fim de todas as medidas em curso contra a classe trabalhadora que se aprofundaram no Governo golpista de Temer (2016/2018) e se ampliaram drasticamente no desgoverno de Bolsonaro (2019/2022).

As lutas imediatas, porém, devem estar articuladas às lutas históricas, em uma perspectiva de unidade e totalidade das lutas sociais, para pôr fim à sociedade de classes, à propriedade privada dos meios de produção, à exploração do trabalho humano, do trabalho alienado, da opressão social de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual, pela auto-organização dos indivíduos sociais livres, a luta pelo socialismo, rumo a uma sociedade comum a todos denominada por Marx e Engels de comunista. A possibilidade histórica de luta contra a barbárie capitalista na direção da emancipação humana, de uma sociabilidade dos

indivíduos sociais auto-organizados, está na ordem do dia; a consigna socialismo ou barbárie, enfatizada por Rosa de Luxemburgo, se faz presente e a perspectiva da revolução proletária como nos legou Marx, e pelo conjunto da classe trabalhadora, fortemente abraçada pela juventude, como nos legou a experiência histórica de 1968, necessita ser retomada para superar a barbárie capitalista.

### Referências

LENIN, Vladimir Ilyich Sultanov. As tarefas da juventude revolucionária. **Jornal Student**, n. 2-3, ed. 1, set. 1903.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**. São Paulo: Editora Zahar, 2014.

REVISTA COLEÇÃO CAROS AMIGO. **Revoltas Populares no Brasil**. Fascículo 2, 1968, mar. 2014.

REVISTA CONTRA CORRENTE. Dossiê a Ditadura de Ontem Vive na Repressão de Hoje. **Revista Marxista de Teoria, Política e História Contemporânea**, ano 4, n. 7, 2012.

REVISTA PUCVIVA. **50 Anos do Golpe Militar Brasileiro**. Jan./jun. 2014, ano 14, n. 41.

*Submetido em: 24/09/2023*

*Aceito em: 20/10/2023*